

Governo atrasa solução para dívida estadual, diz Bezerra

A indefinição da área econômica retarda votação de resoluções e angustia governadores, segundo o senador. Representantes da Fazenda deixam de comparecer a reunião no Senado



O presidente do Senado e parlamentares, na reunião a que faltaram os representantes do governo

Jucá: rombo de bancos paga 5 projetos Sivam

O caso Sivam foi o assunto dominante na sessão de sexta-feira. Enquanto Pedro Simon pediu nova licitação, Sebastião Rocha defendeu a instalação de

CPI, Eduardo Suplicy perguntou que qualificação Fernando Henrique daria aos amigos do projeto e Romero Jucá disse que o rombo dos bancos custearia cinco projetos Sivam. **Página 3**

Contribuinte paga custo da fusão, diz Dutra

Página 2

Flaviano cobra ação do Ibama contra queimadas na Amazônia

A falta de uma política de ocupação racional da região amazônica e de recursos humanos e materiais para uma fiscalização eficiente por parte do Ibama está aumentando a devastação das florestas pelas queimadas. O alerta foi feito pelo senador Flaviano Melo (PMDB-AC), que pediu urgência ao governo na elaboração de um programa de desenvolvimento econômico equilibrado para a Amazônia.



Flaviano Melo

O senador apontou que o número de queimadas registrado em 1995 "é muito superior ao de 1991", quando o Brasil sofreu pesadas críticas internacionais. Isto ocorre, disse, por falta de adequada política de desenvolvimento.

No Acre e em toda a Amazônia, as queimadas têm impedido as operações de voo e provocado doenças respiratórias. A nuvem de fumaça, segundo Flaviano, cobre toda a região Norte.

A indefinição da área econômica do governo está atrasando o equacionamento da dívida dos estados e municípios. O alerta foi feito sexta-feira pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), depois de aguardar por 40 minutos representantes do governo para uma reunião sobre o assunto. Carlos Bezerra é o relator de quatro projetos de resolução, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, que procuram dar solução ao problema, que atinge quase todas as unidades da federação.

Na manhã de sexta-feira, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, deixaram de comparecer a reunião marcada com o presidente do Senado, José Sarney, o relator da matéria e os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Carlos Bezerra afirmou que não pode concluir seu relatório sem a minuta final a ser enviada pela Secretaria do Tesouro, propondo a criação de um fundo que auxiliaria os estados. A posição do governo, além de atrasar a votação da matéria, está levando mais angústia aos estados. Na última semana os governadores de Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Espírito Santo pediram a aceleração da matéria.

Dutra condena fusão de bancos

Segundo senador, contribuinte acabará pagando a conta da transação, uma vez que o Unibanco terá um abatimento em seu imposto de renda

Comissão debate fundos de pensão

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), ouvirá amanhã, às 9h30, David Lindeman, especialista em pensões do Banco Mundial (Bird). O tema da palestra será "Fundos de Pensão e Reforma da Previdência Social".

Lindeman é considerado um dos maiores conhecedores do assunto, tendo exercido por dez anos o cargo de analista na Subsecretaria de Planejamento e Avaliação do Departamento de Saúde dos EUA. Haverá tradução simultânea.

O senador José Eduard Dutra (PT-SE) condenou sexta-feira a solução que o governo adotou no processo de fusão entre o Unibanco e o Banco Nacional. O parlamentar afirmou que o contribuinte acabará pagando a conta da transação, uma vez que o Unibanco terá um abatimento em seu imposto de renda. Para o senador, isso significa um favorecimento a esse banco que, a seu ver, comprou apenas a parte boa do Banco Nacional, com deságio.

Dutra indagou por que soluções tão dinâmicas não são adotadas para salvar, por exemplo, a saúde pública, cuja crise



Dutra

levo o Senado a aprovar recentemente uma contribuição financeira de emergência. Em sua opinião, essa linha de crédito tão habilmente destinada a salvar os bancos em crise poderia ser destinada à saúde pública.

O senador discordou da versão de que, com as modificações sugeridas pelos líderes, o Tesouro não perderia o tostão para socorrer banqueiros. Segundo ele, os fatos apontam em outra direção. "O Unibanco ficou com a parte boa, enquanto a parte podre, mais uma vez, vai ser paga pelo conjunto da sociedade brasileira", afirmou.

Medida traz Malan e Loyola ao Senado

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, deverão comparecer amanhã à reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econô-

micos e da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.179, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional.

Francelino destaca reinício de obras na Fernão Dias

A retomada dos trabalhos de duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga o sul de Minas Gerais ao Estado de São Paulo, foi destacada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG) como "um sonho que se torna realidade". Segundo o parlamentar, essa é a principal via de escoamento da produção regional para os maiores mercados consumidores do país.

A duplicação da Fernão Dias é de extraordinária importância para o desenvolvimento do sul mineiro, cuja produção terá seu acesso facilitado pela melhoria das condições de transporte, inclusive com a redução de custos - afirmou Francelino Pereira.

Os recursos para a obra estão assegurados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelas contrapartidas da União e do Estado de Minas Gerais, incluídas no Orçamento do próximo ano.



Francelino

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

Terça-feira (28.11.95)

9h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Palestra do Especialista em Pensões do Banco Mundial, David Lindeman, sobre "Fundos de pensão e reforma da previdência social". Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.179/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional (reunião secreta).

Pauta: Exposições do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, sobre a situação das instituições financeiras submetidas a regimes especiais; reservas cambiais brasileiras aplicadas no exterior; o recadastramento de contas bancárias; punições aplicadas a gestores do sistema financeiro nacional pela abertura de contas fantasmas; entre outros assuntos. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Votação do relatório final. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Diversas matérias.

11h - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Brito. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Discussão de temas relativos ao Projeto Sivam. Local: Sala 03 - Ala

Senador Nilo Coelho.

19h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: A ser definida. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (29.11.95)

9h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.179/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional.

Pauta: Exposição do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se as "PECs nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica e nº 09/95 (tramita em conjunto com a PEC nº 14/95), que diz respeito aos limites de remuneração do servidor público. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Infra-Estrutura e Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do presidente da Codevasf, Ailton Lócio. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial de Rádio e TV

Pauta: A ser definida. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (30.11.95)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Projeto da LDB. Local: Sala de reuniões Senador João Calmon (15) - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Diversas matérias, destacando-se o PLC nº 45/94 (não terminativo), que dispõe sobre a necessidade de apuração de falta grave para dispensa de dirigente e representante sindical. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

O CASO SIVAM

Simon pede licitação para um novo projeto

Senador garante que o Sivam morreu e que outro precisa substituí-lo imediatamente, porque a vigilância aérea e a preservação da região amazônica têm apoio unânime do país

O governo deve cancelar o atual projeto Sivam e abrir imediatamente nova licitação visando à implantação de um sistema de vigilância da Amazônia. O ponto de vista foi defendido sexta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Simon parte do princípio de que o projeto Sivam morreu e que outro precisa substituí-lo imediatamente, porque a vigilância aérea e a preservação da região amazônica têm apoio unânime do país.

O senador comentou que as denúncias de tráfico de influência na tramitação do projeto Sivam são graves e que a oposição não deve tirar proveito do incidente, mas sim ajudar a encontrar uma solução para o problema.

Já o presidente do Senado, José Sarney, disse esperar que



Pedro Simon

hoje, segunda-feira, o projeto Sivam comece a ser reavaliado em conjunto pelas Comissões de Assuntos Econômicos, de Fiscalização e Controle, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de acordo com o que determinaram as lideranças.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) estranhou a demora do governo em prestar amplos esclarecimentos a respeito da polêmica

surgida em torno do caso. Os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) transmitiram a Simon a expectativa de que o trabalho do Senado permita esclarecer as questões polêmicas em torno do Sivam, preservando-se o objetivo permanente que é a melhoria das condições de vigilância aérea e defesa da Amazônia.

Ao comentar o caso da escuta telefônica, Pedro Simon lamentou que alguns personagens estejam usando o episódio para tentar atingir outros objetivos, como seria a remoção do atual presidente do Incrá. O senador Romeu Tuma (SP) apoiou, em aparte, as preocupações manifestadas por Simon e lembrou a importância de uma rápida aprovação pela Câmara do projeto que regula a escuta telefônica.

Rocha quer expor posição da Amazônia

O senador Sebastião Rocha (PDT-AM) criticou sexta-feira o posicionamento do presidente da República



Rocha

quanto aos rumos do Projeto Sivam, colocando em segundo plano as denúncias de irregularidade em torno do sistema que estão em debate no momento.

Rocha sugeriu que a banca de senadores da Amazônia, em comissão, seja recebida por Fernando Henrique para expor a posição comum, visando à implantação de um sistema de defesa para a Amazônia, com ampla investigação sobre as suspeitas de irregularidades no Sivam.

Em aparte, o senador Pedro Simon rebateu as críticas de Rocha ao presidente, lembrando que o mesmo já declarou, em reunião com seus líderes no Congresso, que é missão do Senado investigar as denúncias contra o Sivam e que cabe a ele acatar as decisões.

CONVOCAÇÃO

Sebastião Rocha informou também ter entregue à Comissão de Relações Exteriores dois requerimentos relacionados com os trabalhos da supercomissão que analisará as denúncias envolvendo o projeto Sivam. O primeiro requerimento pede a convocação do atual ministro da Aeronáutica, Lélío Lobo, para que explique o que pretende fazer em relação às denúncias. O segundo sugere a contratação de uma consultoria técnica para acompanhar os trabalhos.

Suplicy: "Amigos" é que colocam o programa em risco



Suplicy

Depois de lembrar que o presidente da República chamou de corvos os inimigos do projeto Sivam, o senador

Eduardo Suplicy perguntou sexta-feira, em discurso, que qualificação o presidente daria "aos amigos tão interessados nas verbas do Sivam".

Suplicy leu trechos de artigo do professor Rogério de Cerqueira Leite, onde ele afirma que, na verdade, o Sivam "tem amigos demais" e o projeto "talvez vá para os ares só porque os seus vorazes parasitas não se entendem entre si".

Rombo de bancos seria suficiente para 5 Sivam

Em defesa da implantação de um sistema de proteção e vigilância para a Amazônia, o senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou sexta-feira que o "rombo" de 8 bilhões

de dólares provocado pelos bancos Econômico e Nacional daria para custear cerca de cinco projetos Sivam.

Jucá enfatizou que as denúncias contra o Sivam devem ser apuradas e manifestou seu apoio à criação da supercomissão do Senado que vai investigá-las. Ele só não quer que os problemas ocorridos com o projeto prejudiquem a implantação de um



Romero Jucá

sistema para a Amazônia, "com este ou outro nome, com esta ou outra tecnologia".

O senador disse que "não podemos confundir alhos com bugalhos", esclarecendo que o sistema a ser implantado na Amazônia não é apenas de defesa, mas uma linha fundamental para se conhecer melhor a região, proteger sua ecologia, fiscalizar sua exploração e investigar o seu potencial.

Em apoio a Romero Jucá, manifestaram-se os senadores Sebastião Rocha, Bernardo Cabral (AM) e Romeu Tuma.



Ernandes Amorim

Dinheiro do jogo para reforma agrária

Quem defende que o jogo de cassino deve continuar proibido no Brasil na verdade está defendendo a sonegação de impostos, o tráfico de drogas, a prostituição e a exploração de mão-de-obra, ilegalidades que surgem à sombra de cassinos clandestinos e do jogo do bicho. A opinião foi manifestada sexta-feira pelo senador Ernandes Amorim (RO), autor de um projeto que legaliza o jogo no país.

Para Amorim, não existem argumentos religiosos ou éticos para que seja mantida a Lei nº 3.215/46, que proíbe o jogo de azar no Brasil. Ele perguntou qual é a ética de uma sociedade que proíbe o jogo, mas fecha os olhos aos milhares de pontos de jogo do bicho espalhados por todo o território nacional.

O projeto que legaliza o jogo no país, afirmou Ernandes Amorim, irá ajudar a resolver os problemas dos sem-terra, pois destina aos projetos de reforma agrária e ao financiamento dos pequenos produtores rurais 40% da arrecadação de impostos cobrados sobre os jogos.

Esperidião Amin quer que o Brasil interceda pelo Iraque

Embargo não é levantado por oposição dos Estados Unidos e da Inglaterra, diz senador

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) dirigiu apelo ao Ministério das Relações Exteriores no sentido de que o Brasil se esforce por "despertar o mundo para a situação de desamparo em que se encontra o Iraque", diante do embargo econômico imposto ao país pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde a Guerra do Golfo Pérsico.

Segundo o senador, o chefe da comissão da ONU que inspeciona o desarmamento do Iraque tem-se manifestado satisfeito com as medidas adotadas pelo regime de Bagdá, mas



Esperidião Amin

o embargo internacional não é levantado por oposição dos Estados Unidos, juntamente com a Inglaterra.

- As sanções, todos sabemos, escondem interesses outros, bem distantes dos humanitários, menos nobres do que desejaríamos - observou.

Sem falar nos objetivos estratégicos embutidos no Golfo Pérsico, Amin citou um exemplo: a Arábia Saudita, principal aliada dos Estados Unidos na região, aumentou as exportações de 5 milhões para 8 milhões de barris de petróleo por dia.

Cabral culpa os juros altos pelo desequilíbrio nas contas externas

O senador Bernardo Cabral (AM) cobrou sexta-feira do governo uma maior organização da política econômica através de normas e regras que "sejam justas, duráveis e urgentes".

Para o senador, a fragilidade do equilíbrio das contas externas brasileiras está mais nos mecanismos de política monetária e nos juros altos do que no impacto negativo causado pelas importações.

Cabral garantiu que não prega a abertura indiscriminada do mercado, mas defende agilidade na liberação dos produ-

tos que entram legalmente no país. O senador explicou que o Brasil "paga muito caro por enormes ineficiências na infraestrutura portuária".

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) defendeu a redução do custo Brasil.

Romeu Tuma (SP), por sua vez, lamentou as deficiências do Porto de Santos.

Romero Jucá (PFL-RR) disse que os portos brasileiros se mantêm no atraso devido à legislação e às questões corporativas.

Emenda à Carta pode começar pelo Senado

Compete ao presidente da República decidir se uma proposta de emenda constitucional de iniciativa do governo deve iniciar sua tramitação pelo Senado ou pela Câmara dos Deputados. Isso é o que diz parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, preparado pelo senador Bernardo Cabral e aprovado pelo plenário.

Tradicionalmente, as emendas são enviadas pelo presidente da República à Câmara e só depois de aprovadas naquela Casa são remetidas para análise e votação pelos senadores. O parecer foi preparado depois que o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou requerimento à Mesa indagando se existia algum impedimento para que uma emenda do governo inicie sua tramitação pelo Senado.

Palmeira lembra atriz alagoana

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) registrou sexta-feira o centenário de nascimento da atriz Linda Mascarenhas, "considerada a dama do teatro alagoano e uma das figuras mais férteis, vibrantes e corajosas que Alagoas já legou ao ensino e à cultura".

Além de professora de Português e Francês e catedrática da Cadeira de Inglês da Escola Normal de Maceió, segundo o parlamentar, Linda Mascarenhas "sempre esteve ao lado dos jovens".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odaírc Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do

Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e

Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.